

INDÚSTRIA

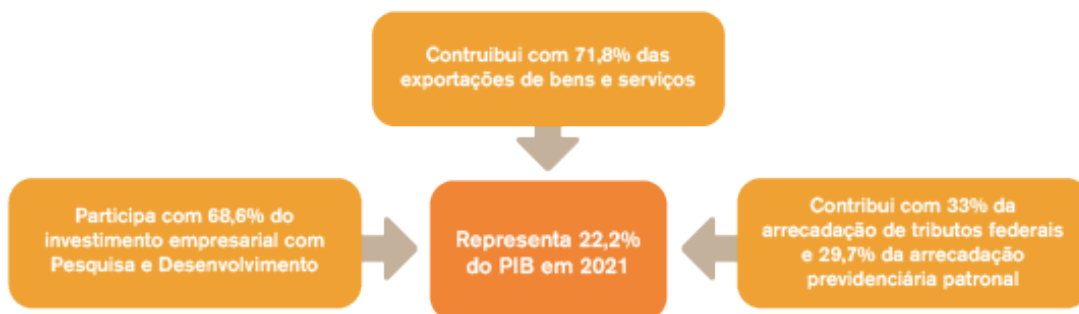
LEVANTAMENTO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA

O QUE O TCU FISCALIZOU

A indústria representa segmento da economia com a característica de gerar substancial valor agregado. Dado esse potencial, pode conquistar novos mercados, inclusive externos, tendo um papel relevante na geração de divisas para o país. Além disso, a indústria demanda mão de obra mais qualificada, gerando empregos mais bem remunerados e com maior grau de formalidade.

A figura a seguir apresenta dados relevantes sobre o setor industrial no Brasil.

Figura 1: Participação da Indústria na Economia Brasileira



Fonte: Perfil da Indústria Brasileira, Confederação Nacional das Indústrias (CNI, março de 2022).

A política industrial, em um sentido amplo, engloba um conjunto de instrumentos utilizados pelos governos com o objetivo de fomentar o processo de crescimento e desenvolvimento econômico, por meio do fortalecimento da sua base produtiva e do aumento da competitividade das empresas. Para alcançar esse objetivo, a política industrial deve ser estruturada como uma ferramenta para promoção de avanço tecnológico e desenvolvimento de novas atividades produtivas.

O governo federal destina volumosos recursos públicos (gastos diretos, renúncia de receitas, créditos subsidiados) para políticas que afetam o setor industrial. Esses recursos devem ser geridos e avaliados pela administração pública em relação ao alcance dos objetivos almejados e, também, quanto à conformidade normativa dos atos de gestão. Caso os sistemas de gestão e governança dessas políticas não estejam operando satisfatoriamente, podem surgir riscos de uma atuação estatal desvinculada da resolução de problemas públicos; ou seja, capturada por interesses alheios ao propósito de aumentar, efetivamente, a competitividade e a produtividade da economia brasileira.

Assim, o TCU realizou fiscalização visando conhecer as políticas voltadas para o desenvolvimento industrial, como elas estão articuladas e quais os riscos que podem comprometer o alcance dos seus objetivos, de forma a subsidiar futuras fiscalizações do TCU sobre o tema.

O QUE O TCU ENCONTROU

A fiscalização analisou doze políticas públicas vigentes em 2020 que impactam preponderantemente a indústria nacional, com uma estimativa de R\$ 77 bilhões em valores orçamentários e renúncias de receitas tributárias. Ao final, foram identificadas 92 situações de riscos que podem comprometer a efetividade da atuação estatal para o setor industrial da economia brasileira e a eficiência dos recursos públicos alocados anualmente pelo governo federal a bem desse setor, consoante informações prestadas pelos gestores.

Considerando o ciclo de políticas públicas, levantou-se riscos que envolvem, por exemplo:

- ausência de identificação e evidenciação dos problemas públicos que as políticas visam resolver, suas causas e consequências;
- ausência de objetivos claros (mensuráveis, alcançáveis, relevantes, temporais e específicos) e de indicadores e metas de desempenho no desenho das políticas;
- ausência de modelo de atuação conjunta entre os diversos atores governamentais envolvidos na política;
- falta de coordenação e coerência entre as políticas; e
- falta de integração entre os programas do Plano Plurianual (PPA) relacionados às políticas industriais.

Em outra vertente do trabalho, os riscos foram agrupados na área temática a qual se referem: políticas de comércio exterior, políticas de competitividade e produtividade e políticas setoriais. Como resultado da análise, verificou-se a necessidade de aprimorar, sob os aspectos de coordenação e coerência, a implementação dos principais programas do PPA 2020-2023 inerentes às políticas industriais, associados, respectivamente, à inserção econômica internacional (programa 2211) e à competitividade e a produtividade da economia (programa 2212).

A Tabela abaixo apresenta as políticas públicas que foram mapeadas pelo TCU e o nível de risco e pontos críticos, permitindo visualizar as políticas em situação mais graves segundo os critérios utilizados no levantamento.

Tabela 1: Políticas públicas mapeadas pelo TCU com nível de risco e pontos críticos

Política Pública	Riscos e Pontos Críticos				Total
	Extremo	Alto	Médio	Baixo	
Proex		6			6
Seguro de Crédito à Exportação (SCE)	1	3			4
BNDES-Exim	1	4			5
Sistema de Apoio Oficial à Exportação	4	1	1		6
Tarifa Externa Comum do Mercosul		4			4
Barreiras Tarifárias		4			4
Barreiras Não Tarifárias		4			4
Acordos Comerciais		2			2
PPA 2211 – Inserção Econômica Internacional		3			3
Rota 2030 – Mobilidade e Logística		5	3		8
Regime de Autopeças Não Produzidas	2	6	1		9
Regime de Desenvolvimento Regional	6	2			8

Política Pública	Riscos e Pontos Críticos				Total
	Extremo	Alto	Médio	Baixo	
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (Padis)	1	5		1	7
Regime de Ex-tarifário para BK e BIT	1	7			8
Regime Aduaneiro Especial de Drawback		4			4
BNDES Crédito MPME		3			3
BNDES Crédito Grandes Empresas		4			4
PPA 2212 – Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade		3			3
Total	16	70	4	2	92
Porcentagem	17,5%	76%	4,3%	2,2%	100%

Fonte: Elaborado pela equipe de fiscalização do TCU.

Em todas as políticas foram identificados riscos inerentes avaliados como “alto” (76%) ou “extremo” (17%). Os casos de riscos “médio” e “baixo” correspondem a 6,5% do total. O Sistema de Apoio Oficial à Exportação e o Regime de Desenvolvimento Regional são as duas políticas com mais riscos avaliados no nível “extremo”. O Seguro de Crédito à Exportação, BNDEs-Exim, o Regime de Autopeças não Produzidas, o Padis e o Regime de Ex-tarifário para BK e BIT foram as outras políticas que tiveram pelos menos um risco identificado no nível “extremo”.

Os riscos e pontos críticos inventariados revelam um possível estado de fragilidade estrutural das políticas públicas levantadas, com indícios de que a gestão dessas políticas possui espaço para melhorar sua efetividade, resolvendo ou mitigando os problemas públicos que impedem o aumento da competitividade do setor industrial brasileiro. Os indícios apontam uma concepção e execução de políticas de maneira inercial, sem condução que as dirija e as avalie em perspectiva finalística. Em futuras fiscalizações, o TCU poderá aprofundar a avaliação da maturidade dessas políticas públicas visando contribuir para o aprimoramento da gestão e para dar transparência sobre seus resultados, qualificando a discussão quanto às escolhas públicas na alocação de recursos.

O QUE O TCU DECIDIU

Diante dos riscos identificados e das análises efetuadas, o Tribunal encaminhou cópia do relatório e da matriz de probabilidade e impacto dos riscos ao Ministério da Economia.

DADOS DA DELIBERAÇÃO

Acórdão: 2.116/2022-TCU-Plenário

Data da sessão: 21/9/2022

Relator: Ministro Weder de Oliveira

TC: 047.205/2020-2

Unidade Técnica Responsável: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico